

## Apresentação

A jurisdição de hoje não pode ser enxergada sem a imprescindível vinculação que há de ter com a pesquisa e a preponderância de seu viés científico e acadêmico. Nossa *Revista*, atualmente dirigida pelo colega e Professor Humberto Dalla Bernardina de Pinho, representa uma das vertentes mais importantes dessa moderna judicatura, que nos permite repensar todo o Sistema de Justiça para trazê-lo ao ideal emancipatório de maior igualdade e dignidade enquanto pilares essenciais da dimensão humana do magistrado.

As valorosas contribuições para essa edição da *Revista* de nosso Tribunal de Justiça trazem essa perspectiva, a começar pelo texto de fortalecimento da Arbitragem como instrumento do Estado Democrático de Direito, de autoria do Ministro Luis Felipe Salomão e de Juliana Loss.

Novamente a tônica do debate passa em seguida pelos ideais do Estado Democrático de Direito, pelo escrito do Ministro Benedito Gonçalves e de Camile Sabino, seguindo-se o texto com a reflexão do Ministro Messod Azulay Neto, que brinda nossa Revista com o tema sempre instigante da quantificação do dano moral.

A independência das Cortes Internacionais é o capítulo seguinte, da professora Teresa Arruda Alvim, seguido do texto “Instrumentos para mejorar la investigación de los delitos de corrupción y análisis de su eficacia en el modelo español”, de Adán Carrizo González-Castell.

O capítulo seguinte se insere no Direito Civil alemão e versa sobre o tema da declaração de vontade, escrito por Leonardo Estevam de Assis Zanini, seguindo-se a descrição do importante papel do CEJUSC para o novel conceito de Justiça Multiportas, de Wanderlei José dos Reis.

O capítulo que segue, de autoria de Vivian Buonalumi Tácito Yugar, enfrenta a atipicidade dos contratos dos chamados “*influencers*” no Código Civil de 2002, e Gustavo Osna, em conjunto com Marcelo Mazzola, descreve as “sanções premiadas” e sua aplicabilidade ao processo estrutural.

Outra participação do Direito Internacional vem em seguida, de Marco Félix Jobim e Hannah Pereira Alff, sobre o acesso à educação em línguas minoritárias, com a análise comparada de caso concreto.

Participação em sequência de Humberto E. C. Mota Filho, sobre o tema do Impacto Regulatório no Brasil, e de Rosalina Moitta Pinto da Costa, que escreve sobre as consequências da “importação” de sistema cultural diverso no assunto da tutela.

Atos judiciais por meio eletrônico foi a escolha de Gisele Mazzoni Welsch, seguida por América Cardoso Barreto Lima Nejaim, que em coautoria com Cecília Rodrigues Frutuoso Hildebrand, traz reflexões sobre a designação de audiência de mediação e conciliação no âmbito do Direito de Família e da Violência Doméstica.

Encerra a publicação o Capítulo de Michel Glatt e Pedro Machado Bezerra sobre métodos hermenêuticos próprios e especializados para os tempos de Pandemia.

Enfim, uma riqueza de pensamentos e reflexões das mais diversas vertentes, que evidenciam que o Direito não pode ser pensado ou interpretado de forma isolada, sendo necessário, especialmente para nós juízes, que tenhamos uma hermenêutica cada vez mais voltada ao ser humano e dentro de uma imanência moldada pelo amor, pelo respeito e pela solidariedade em relação àquele ou àquela que nos é diferente.

Desejo boa leitura a todas e todos, agradecendo de coração a honra que me foi dada de fazer a Apresentação deste magnífico exemplar.

**DESEMBARGADOR CAETANO E. DA FONSECA COSTA**  
1º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO